



A CRISE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA À LUZ DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

The crisis of brazilian public education in the light of historical-critical pedagogy

João Batista Mulato Santos¹

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Resumo

A presente pesquisa objetiva analisar a partir da perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica do educador brasileiro Dermeval Saviani os pressupostos históricos, políticos, econômicos e pedagógicos responsáveis pela crise da educação pública brasileira. Para tanto, confrontamos o viés neoliberal que defende um projeto de educação reprodutor dos valores do capitalismo através de uma exposição histórica, política e filosófica dos desafios enfrentados na educação pública do Brasil. A metodologia utilizada se concentra em procedimento majoritariamente bibliográfico, isto é, as principais obras de Saviani, *Escola e Democracia* (1983) e *Pedagogia Histórico-Crítica* (1991). Os resultados alcançados nos possibilitaram nos possibilita refletir sobre o projeto de ser humano almejado por uma educação neoliberal, as conquistas e retrocessos históricos ocorridos na educação brasileira e os desafios enfrentados para a superação da crise educacional.

Palavras-chave: Educação Pública Brasileira. Banco Mundial. Neoliberalismo. Pedagogia Histórico-Crítica. Saviani.

Abstract

This research aims to analyze the historical, political, economic and pedagogical assumptions responsible for the crisis in Brazilian public education from the perspective of the Historical-Critical Pedagogy of Brazilian educator Dermeval Saviani. To this end, we confront the neoliberal bias that defends a project of education that reproduces the values of capitalism through a historical, political and philosophical exposition of the challenges faced by public education in Brazil. The methodology used focuses on a mostly bibliographical procedure, i.e. Saviani's main works, *School and Democracy* (1983) and *Historical-Critical Pedagogy* (1991). The results achieved allowed us to reflect on the project of the human being sought by neoliberal education, the historical achievements and setbacks that have occurred in Brazilian education and the challenges faced in overcoming the educational crisis.

Keywords: Brazilian Public Education. World Bank. Neoliberalism. Historical-Critical Pedagogy. Saviani.

¹Universidade Estadual do Ceará; Licenciado em Pedagogia (2024) e Filosofia (2013) pela Uece, mestre em Filosofia pela UFC (2014), pesquisador da área de Fundamentos da Educação. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8111323338188846> .ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3799-6089>. E-mail: m.i.n.joao.batista@gmail.com.



1. Introdução

Este artigo é um dos resultados do trabalho monográfico apresentado na Universidade Estadual do Ceará (UECE) para o Curso de Licenciatura em Pedagogia no ano de 2023. A ideia surgiu de uma inquietação pessoal deste autor o qual percebeu que as explicações midiáticas sobre a atual crise da educação pública brasileira que reproduzem a ideologia neoliberal eram insuficientes para compreendermos a gênese desta crise e dos problemas de fato enfrentados, uma vez que estes veículos de informação desconsideram seus aspectos históricos, sociais e pedagógicos. Assim, nos propomos analisar o cenário da crise da educação pública brasileira a partir da perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica criada pelo educador brasileiro Dermeval Saviani² e consideraremos também o viés neoliberal sobre este importante tema dentro de seu contexto histórico, político, econômico e social.

Para tanto, começaremos expondo o conceito da Pedagogia Histórico-Crítica, suas influências filosóficas e como ela se configura como um importante instrumento para compreensão da atual educação brasileira, ao mesmo tempo em que esclarecemos as possíveis razões pelas quais a crise de qualidade da educação pública no Brasil se consolida ano após ano. Em seguida, examinaremos a crise da educação pública sob a ótica neoliberal, contextualizando o surgimento do Banco Mundial e suas políticas desenvolvimentistas com o objetivo de melhor compreendermos a defesa de uma educação sob os moldes capitalista.

Ao longo desta exposição abordaremos também o contexto histórico que possibilitou a criação do Banco Mundial levando em consideração o medo dos estadunidenses em relação ao rápido avanço da economia socialista na União Soviética e as ações tomadas pelos Estados Unidos que iniciaram a elaboração de propostas que projetaram uma nova arquitetura econômica visando construir condições que implementassem, concomitantemente, o livre comércio para seus produtos, a abertura dos mercados estrangeiros ao capital estadunidense e o acesso irrestrito à matérias-primas necessárias para aquela que objetivava se transformar na maior potência econômica e militar do planeta.

² A data de nascimento de Saviani é dúbia, pois, conforme é relatado em sua autobiografia disponível no site da Universidade de Campinas (<https://www.fe.unicamp.br>), o pensador possui uma data de nascimento real e outra oficial. De fato, nasceu em 25 de dezembro de 1943, mas por dificuldades de deslocamento da zona rural onde viviam até à comarca seu pai o registrou apenas no dia 03 de fevereiro de 1944 para não pagar uma multa por sua ida tardia até à comarca, algo bem comum na época.



Finalmente, concluiremos com uma análise crítica sobre os desafios a serem enfrentados para sua superação, fundamentando-nos na perspectiva de Dermeval Saviani que defende a criação de um sistema nacional de ensino como uma importante conquista à educação brasileira.

A metodologia utilizada se caracteriza como de natureza qualitativa e se fundamenta em estudos bibliográficos e em estudos do Banco Mundial. No entanto, segundo Gil (2017), embora esse tipo de pesquisa possua uma das mais relevantes vantagens, porém é necessário que o pesquisador se atente ao fato que mesmo sendo fiel às referências primárias há a possibilidade de reprodução de erros, uma vez que os dados reproduzidos podem ter sido coletados de forma inadequada, assim, o autor nos alerta que:

[...] para reduzir essa possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada confirmação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cortejando-as cuidadosamente (Gil, 2017, p. 28-29).

Desta maneira, levamos em conta a orientação do autor supracitado com rigor e precisão a fim de alcançarmos em nossos resultados conclusões pertinentes ao tema abordado e utilizamos diversas referências sobre o mesmo tema. Assim, nesta pesquisa uma abordagem qualitativa se fez necessária devido aos objetivos a que nos detemos: destacar quais os principais elementos políticos, econômicos, históricos e pedagógicos que impactam negativamente a qualidade da educação pública brasileira.

Observamos também que nossa investigação permitiu reflexões profundas acerca das inconsistências econômicas e educacionais presentes ao longo dos relatórios do Banco Mundial (2017) e sua proposta educacional baseada em uma prática neoliberal. Neste sentido, a análise crítica de Dermeval Saviani que parte de sua Pedagogia Histórico-Crítica sobre essas inconsistências se mostra como um relevante instrumento para compreensão das distorções históricas e sociais aqui analisadas sobre a educação pública brasileira.



2. A Pedagogia Histórico-Crítica como instrumento de compreensão da educação pública brasileira

A Pedagogia Histórico-Crítica propõe a valorização dos conhecimentos organizados, sistematizados e conectados à prática social. Saviani fez uma contribuição significativa à educação pública brasileira com essa abordagem, que se destaca das demais. Em sua obra "Escola e Democracia" (1983), o autor oferece críticas inovadoras às outras correntes pedagógicas, enfatizando a importância do conhecimento global acumulado pela humanidade. Seu objetivo é chegar ao concreto pensado por meio de procedimentos que envolvem a problematização e a instrumentalização teórico-prática, onde os discentes, mediados pela ação docente, têm acesso ao saber historicamente construído. Assim, complementamos com Saviani:

Para a Pedagogia Histórico-Crítica, educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (Saviani, 1991, p. 02).

Nesse contexto, onde Saviani ressalta o papel da história e da coletividade humana diante dos desafios materiais, sua influência marxista desempenha um papel crucial na formulação de sua teoria pedagógica. Fundamentado na concretude da experiência humana real e histórica, Saviani se apoia na teoria do materialismo histórico-dialético de Karl Marx (1818-1883) para desenvolver uma interpretação da realidade educacional.

Essa interpretação baseia-se no conceito de materialismo histórico-dialético, a partir do qual os autores marxistas desenvolvem suas teses sobre o homem e suas interações sociais. Saviani afirma que "o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é histórico" (2007, p. 152). Assim, o materialismo histórico-dialético enxerga a história como a única realidade possível, caracterizada por sua dinâmica, não linearidade, e fundamentada em aspectos materiais que são, ao mesmo tempo, determinantes e determinados. Portanto, a história é uma luta de contrários impulsionada (dialeticamente) pelo conflito imanente da realidade (Severino, 2016), o que diferencia Marx de Hegel, para quem a dialética era uma perspectiva idealista. O idealismo, por



sua vez, entende que “a cultura fazia a história mover-se no âmbito do espírito absoluto” (Saviani, 2011, p. 53).

Em consequência disso, a transformação do idealismo de Hegel em materialismo foi obra de Marx, influenciado por Feuerbach (1804-1872), quando Marx demonstrou, diferente de Hegel, que a sociedade na verdade é o resultado da organização dos meios de produção, de sua posterior distribuição entre os seres humanos e da luta ocorrida entre exploradores e explorados ao longo dos tempos. Assim, Marx confirma que

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 1988, p. 140).

A partir desta passagem, podemos perceber a clara distinção entre a perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx que serviu de grande influência para a pedagogia histórico-crítica de Saviani e a perspectiva baseada em um idealismo especulativo de Hegel que, embora tenha exercido grande influência direta à elaboração do método histórico-dialético de Marx, ambos se diferem radicalmente. A filosofia hegeliana parte da noção de ser humano enquanto ente abstrato resultado da manifestação de um espírito absoluto que governa a realidade e não da realidade em si.

Todavia, podemos compreender que a proposta pedagógica de Saviani se concentra no ser humano real que está inserido em uma realidade histórica determinada concretamente e que de acordo com Petenucci (2008), tem em suas propostas pedagógicas, que se baseiam em movimentos sociais filosóficos e antropológicos, um caminho para a superação das dificuldades enfrentadas por educadores em sala de aula.

A Pedagogia Histórico-Crítica defende a possibilidade de uma prática educativa que desarticule os interesses da classe dominante sobre a classe dominada a fim de promover os desígnios dominados, como nosso autor salienta em seu *Escola e Democracia*, embora nesta obra o autor ainda não utilize o termo Pedagogia Histórico-Crítica propriamente dito.



Esse termo só foi utilizado a partir de 1991 em sua obra de mesmo nome, porém os objetivos de Saviani eram os mesmos, isto é, produzir um ponto de vista que não se preocupava apenas em descrever os mecanismos que não permitiam que a escola funcionasse de forma socialmente satisfatória, mas também propor uma prática pedagógica atrelada a um conceito dialético de escola, assim, o primeiro termo utilizado foi Pedagogia Dialética e depois Pedagogia Revolucionária.

A pedagogia de Saviani parte de uma compreensão ampla de educação que não pode ser compreendida de forma separada da sociedade e de sua história. Por conseguinte, a escola, não pode ser pensada como uma instituição autônoma e soberana que por si só promove significativas transformações na sociedade assim, ele esclarece:

[...] eu não posso também primeiro transformar a educação para transformar a sociedade, porque para a educação se transformar é preciso que a sociedade se transforme. Então, deve-se partir da situação atual, ou seja, eu parto do existente e busco realizar a transformação, concomitantemente, dos dois aspectos. É preciso, pois, partir da situação existente (Saviani, 1989, p. 32).

Dessa maneira podemos compreender claramente que a escola está inserida dentro de um contexto histórico e cultural que não está isenta a aspectos ideológicos e influências exteriores a si. Nesse sentido, a Pedagogia Histórico-Crítica compreende a escola dentro de um campo ideológico onde é reproduzida uma visão de mundo orientada aos interesses hegemônicos dos grupos sociais dominantes, mas ela não se contenta com essa compreensão e tenta apropriar-se desse sistema desde a base. Assim, procura reorientar os objetivos da pedagogia, antes centrada na perspectiva imediatista do mercado, e busca um norte à prática social vinculada ao conhecimento sistematizado em síntese com a realidade.

Desta forma, a Pedagogia Histórico-Crítica mantém compromisso com os saberes organizados sistematicamente pela humanidade, mas que ao mesmo tempo são percebidos dentro de uma necessária síntese com os elementos mais relevantes a realidade dos discentes a fim de mover seu desenvolvimento e transformar sua prática social.

[...] transformação é o processo por meio do qual se selecionam, do conjunto do saber sistematizado, os elementos relevantes para o crescimento intelectual dos alunos e organizam-se esses elementos



numa forma, numa sequência tal que possibilite a sua assimilação. Assim, a questão central da pedagogia é o problema das formas, dos processos, dos métodos; certamente, não considerados em si mesmos, pois as formas só fazem sentido quando viabilizam o domínio de determinados conteúdos (Saviani, 2011, p. 65).

Portanto, de acordo com Saviani (1999), a escola está inserida dentro da sociedade e ao mesmo tempo sofre com as consequências do modo de produção capitalista, porém, concomitante a isso, essa mesma escola possui uma relação dialética com a sociedade o que acaba possibilitando a ela o poder de interferir e minorar a exploração.

A escola, como uma construção histórica, desempenha um papel de grande importância na abordagem da Pedagogia Histórico-Crítica, uma vez que ela possui uma função pedagógica específica e isso a coloca em uma posição fundamental na busca por uma aprendizagem significativa do conhecimento sistematizado para as camadas mais populares.

Assim, uma pedagogia que esteja alinhada com os interesses populares reconhecerá o valor da escola e não será indiferente ao que acontece dentro dela, em chão de sala. Ela se empenhará em garantir que a escola funcione adequadamente e estará empenhada na efetivação de métodos de ensino que cumpram da melhor maneira possível seus objetivos. Esses métodos de ensino estarão orientados para além dos métodos tradicionais e novos e superarão por incorporação as contribuições de uns e outros (Saviani, 1999, p. 79). Por se caracterizar como uma pedagogia dialética, a teoria pedagógica de Saviani compreende a questão educacional através de seu desenvolvimento histórico objetivo levando em consideração as condições materiais da existência humana.

2.1 O modelo socioeconômico na perspectiva do Banco Mundial

Em meados de 1941, antes mesmo de terminar a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1944), o governo estadunidense preocupado com a expansão do socialismo e as condições econômicas que enfrentaria em um mundo pós-guerra, devastado economicamente, deu início ao projeto de uma nova conjuntura econômica que possibilitasse aos Estados Unidos da América o livre comércio de seus produtos em países estrangeiros e seu acesso irrestrito às matérias-primas que necessitavam para



seu desenvolvimento econômico, como destaca o historiador João Marcio Mendes Pereira - Universidade Federal Fluminense (UFF):

O governo dos Estados Unidos iniciou a elaboração de propostas para o desenho de uma nova arquitetura econômica internacional que se seguiria à paz com um objetivo fundamental de construir as “condições que garantissem, ao mesmo tempo, o livre comércio para os produtos norte-americanos, a abertura dos mercados estrangeiros ao capital estadunidense e o acesso irrestrito a matérias-primas necessárias àquela que se tornará a maior potência econômica e militar do planeta (Pereira, 2009, p. 52).

A partir deste contexto, surgiu a agência financeira internacional criada durante a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods (New Hampshire, EUA), realizada em 1944. O propósito inicial desta instituição era auxiliar na reconstrução e desenvolvimento econômico dos países após a Segunda Guerra Mundial. Assim, como produto da conferência a hegemonia norte-americana na reconfiguração política e econômica internacional se consolidou:

[...] na reorganização política e econômica internacional do pós-guerra, produto de uma mudança drástica na estrutura de poder internacional, institucionalizou uma nova ordem monetária baseada no dólar, razão pela qual a política econômica dos EUA centralizaria a criação de liquidez e forjaria as condições da expansão e da internacionalização do capital estadunidense (Pereira, 2009, p.57).

Com a internacionalização do capital norte-americano, foram criadas organizações financeiras do tipo multilateral, isto é, organizações formadas por três ou mais países objetivando trabalhar conjuntamente nos problemas e nos aspectos relacionados com os países que integram essa organização, e que ao mesmo tempo expressavam a desigualdade de poder configurada no sistema internacional, como por exemplo, “o sistema de votação adotado se baseava na subscrição desigual de capital (cotas), sob controle firme dos EUA e seus aliados ocidentais” (Pereira, 2009, p. 57). Assim, os Estados Unidos se consolidaram como maior influência de poder de decisão nas questões econômicas levantadas e foram criadas as instituições financeiras que subsidiariam nos moldes liberais os países em crise.

A partir dos princípios da economia liberal, foram criadas, por meio dos acordos de Bretton Woods, instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, mais tarde passou a chamar-se Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e



recomendou-se a criação de uma instituição que garantisse o funcionamento do comércio mundial nos moldes liberais (Martins, 2015, p.101).

Desta forma, após o surgimento do Banco Mundial acaba por surgir também, em especial a partir dos anos de 1970, significativos processos de intervenção nas políticas educacionais da América Latina cujos objetivos é reverter a crise do sistema capitalista por meio da mercantilização do ensino, como apontam Susana Vior e María Betania Oreja Cerruti:

A crescente intervenção dos organismos internacionais na definição de políticas públicas na América Latina, a partir de meados do século XX, torna impossível compreender totalmente os processos nacionais sem considerar as concepções, os diagnósticos e as propostas por eles produzidos e difundidos. Essa afirmação não implica desconhecer os níveis de autonomia e de responsabilidade dos Estados nacionais na aceitação dessas orientações e suas traduções em razão da história de cada país. (Vior; Cerruti, 2014, p.113).

Assim, por meio da prática de empréstimos aos países periféricos da América Latina, o Banco Mundial exerce controle econômico, político, cultural e educacional. No Brasil, por exemplo, as políticas educacionais sofrem grande influência das relações com esses organismos que objetiva reverter a crise do sistema capitalista.

O banco intervém na educação brasileira por meio da imposição de políticas educacionais e de empréstimos a programas e projetos educativos que fazem parte da reforma estrutural do capitalismo. Essas políticas se expressam claramente por meio da legislação brasileira. Por meio da legislação, se orienta todos os setores da educação e seus objetivos (Souza, 2014, p. 127).

Portanto, o Banco Mundial exerce grande influência na educação brasileira ao impor políticas educacionais e conceder empréstimos para programas e projetos que estão alinhados à reforma estrutural do capitalismo. Assim, essas políticas se manifestam claramente na legislação brasileira e servem de bússola para todos os setores da educação e seus objetivos sem considerar os reais desafios da qualidade educacional brasileira.



2.2 A crise da educação pública brasileira na perspectiva neoliberal

Ao nos indagamos sobre as causas e a origem da baixa qualidade da educação³ brasileira, em especial a pública, comumente profissionais da educação e personalidades políticas defendem a ideia de que o Brasil deve aumentar o investimento em educação, enquanto determinados estudos defendem o contrário. Assim, nos deparamos com uma questão bastante complexa, mas que a depender da perspectiva ideológica encontraremos respostas precisamente diversas e até conflitantes a partir das interpretações sobre os dados colhidos. Por exemplo, em uma perspectiva neoliberal⁴, através de pontuais estudos⁵, são apontadas causas socioeconômicas como a má gestão dos recursos públicos e o alto grau de corrupção estatal são destacados como razões para os baixos resultados alcançados em relação aos altos gastos.

O Banco Mundial (2017) indica também que o “aumento no custo dos professores”, com políticas que reduziram o tamanho médio das turmas e “impuseram aumentos generalizados de salário para os professores” não encontra evidências em resultados positivos para a qualidade da educação e que o aumento salarial tenha contribuído para um significativo avanço nessa qualidade.

No entanto, segundo o relatório do Banco Mundial (2017) já gastamos proporcionalmente mais do que a média dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o “clube dos países ricos”. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o Brasil despense em educação 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB), a média da OCDE é de 5% do PIB. Ainda segundo mesmo relatório, podemos considerar que gastamos mais do que a Itália (3,6%), o Japão (4%), a Alemanha (4,2%), a Coreia do Sul (5,4%) e os Estados Unidos (6%), e o mesmo que o Reino Unido (6,2%).

³ Consideramos aqui a educação básica e superior como objeto de análise desta pesquisa, uma vez que os relatórios de estudos do Banco Mundial apontam que deveria ocorrer um maior investimento na educação básica em detrimento, de acordo com nossa leitura, ao ensino superior.

⁴ Aqui chamamos de neoliberal “a nova ordem socioeconômica e política então instaurada recebeu o nome de ‘neoliberalismo’ que reflete os rumos tomados pela política mundial após a ascensão de Margaret Thatcher (...)” (Saviani, 2020, p. 11).

⁵ Os estudos utilizados como referência são o relatório feito pelo Banco Mundial a pedido do governo Federal chamado *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* publicado em 2017.



Assim, nesta perspectiva, o modelo socioeconômico adotado deve visar a eficiência dos gastos⁶ na educação, pois estes se mostram como fortes elementos impeditivos para a superação da crise na educação e democratização dos recursos. Através dos estudos que se estabelecem a partir de um viés neoliberal é destacado que o alto investimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro não vem demonstrando ao longo dos anos os resultados esperados em testes internacionais como o Programa Internacional de Avaliações de Estudantes (PISA). O relatório de 2017 do Banco Mundial indica que o Brasil obteve entre 2002 e 2017 considerável avanço, mas que frente ao esperado, devido aos altos gastos, se comparado com outros países nas mesmas condições não obteve bons resultados, no que se refere aos ensinamentos fundamental e médio.

Apesar dos avanços significativos em acesso, conclusão e aprendizagem no sistema educacional brasileiro nas duas últimas décadas, a qualidade do ensino ainda é bem baixa. O Brasil obteve melhoras significativas na prova de matemática do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). A nota média brasileira passou de 68% para 79% da média da OCDE entre 2002 e 2012. Contudo, desde então, os resultados caíram para 77% em 2015 (o mesmo nível de 2009). Quando se controla pelo nível de gasto por aluno, os resultados do PISA ainda são decepcionantes. O desempenho brasileiro medido pela prova de matemática do PISA em 2012 foi somente 83% do esperado para países com o mesmo nível de gasto por aluno (Figura 87). Países como a Colômbia e a Indonésia, por exemplo, atingiram pontuações semelhantes no PISA gastando bem menos por aluno. Já países como Chile, México e Turquia gastam valores similares ao Brasil e obtêm melhores resultados (Banco Mundial, 2017, p. 124).

Logo, podemos destacar de forma mais precisa que no segundo estudo de 2017 são apontadas algumas medidas que orientariam ações mais enérgicas para otimização de recursos a fim de se obter melhores resultados na educação pública brasileira, tais como: 1) diminuir o afastamento de professores, “causadas por leis permissivas que concedem licenças por muitos motivos não verificáveis.”; 2) diminuir o número de professores, a partir do aumento da relação aluno-professor; 3) criar instrumentos que correlacionem o desempenho, a estabilidade e a remuneração, inclusive “introdução e aplicação de ameaças de demissão por absenteísmo

⁶ Vale destacar que ao longo desta pesquisa foi curiosamente notado que o trato com a educação a partir dos relatórios e estudos apresentados na perspectiva neoliberal, o uso da palavra “gastos”, para se referir aos “investimentos” em educação, foi recorrente por diversas vezes.



excessivo”; 4) diminuir o ingresso de professores efetivos por meio de concurso público, isso porque a “[...] demissão é extremamente difícil e cujos custos são significativos, uma vez que eles se aposentam cedo com vencimentos integrais”; e, por fim, 5) aumentar a tributação da renda previdenciária atual para os professores (Banco Mundial, 2017, p. 130).

Portanto, a partir do que foi exposto até este momento, podemos considerar que existe uma preocupação do Banco Mundial e de organismos internacionais que assumem um posicionamento neoliberal com o modelo de ensino adotado em países em desenvolvimento como o Brasil. Essa preocupação visa estabelecer melhorias nos gastos públicos em educação, tanto para a formação de alunos voltada ao mercado de trabalho o que, teoricamente, reduziria a desigualdade social e a pobreza através de uma inserção maior de jovens com força produtiva no mundo do trabalho, quanto também a diminuição de gastos com a educação através de medidas como as mencionadas no parágrafo anterior que otimizaria o bom uso dos recursos do Estado brasileiro com uma educação de qualidade.

2.3 A crise da educação pública brasileira na perspectiva de Saviani

Em contrapartida à perspectiva neoliberal exposta anteriormente, no que se refere à crise da educação no Brasil, encontramos no pensamento de Saviani uma interpretação significativa que se fundamenta a partir de sua teoria pedagógica historicamente situada, isto é, a Pedagogia Histórico-Crítica. Esse pensamento nos faz refletir sobre as medidas capitalistas que tentam promover uma educação centrada na formação do homem para o mercado de trabalho e reprodução das condições favoráveis à perpetuação do capitalismo, o que conseqüentemente acaba por forjar um ideal de homem fragmentado, reduzido a habilidades da sua força de trabalho para sustentar o crescimento econômico e não um homem em sentido integral possuidor de criticidade. Ou seja, através de uma educação nos moldes liberais o homem é deposto de suas potencialidades concretas e reais, o que o reduz a apenas à figura passiva de um operário.

Para compreendermos a crise da educação no Brasil atual devemos considerar o processo de formação da sociedade brasileira e do modo como as autoridades



nacionais se comprometeram com a educação pública. Para isso, partimos primeiramente do contexto histórico onde o Brasil foi forjado.

No final da primeira metade do século XVI, quando se iniciou o processo de educação no Brasil, os jesuítas cumpriam mandato de Dom João III. Desta forma, cabia à coroa subsidiar a educação no Brasil colonial. Todavia, as verbas que o rei enviava eram insuficientes para a manutenção do ensino, tendo em vista que

[...] o rei enviava verbas para a manutenção e a vestimenta dos jesuítas; não para construções. Então, os recursos que chegavam eram aplicados no colégio da Bahia e, como relata o padre Manuel da Nóbrega em carta de agosto de 1552, “nós no vestido remediamo-nos com o que ainda do reino trouxemos, porque a mim ainda me serve a roupa com que embarquei... e no comer vivemos por esmolas” (Hue, 2006, p. 68 apud Saviani, 2008, p. 09).

Podemos observar a partir da passagem acima que os recursos econômicos enviados pela metrópole, destinados à educação no Brasil colonial, eram repassados de forma insuficiente aos fins que se destinavam. A ideia de educação ainda estava ligada diretamente à ideia de sacerdócio na qual o padre jesuíta responsável pelos ensinamentos do educando cumpria sua missão apenas por misericórdia.

Embora nos períodos que se seguiram a situação tenha tido tímidos avanços, por exemplo, em 1564 o plano da redízima passou a destinar dez por cento de todos os impostos à manutenção dos colégios jesuíticos e nos séculos seguintes (1759-1827) as reformas do Marquês de Pombal criaram subsídios literários para a promoção da educação (SAVIANI, 2008), sem muito sucesso, a educação continuava a ser tratada sem nenhum comprometimento.

Assim, a mesma situação continua até mesmo após a independência política do Brasil em 1822, isto é, durante o Primeiro Império foi criada a lei das escolas de primeiras letras que determinava a existência de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares populosos. No entanto,

[...] essa lei permaneceu letra morta. E o Ato Adicional à Constituição do Império, promulgado em 1834, colocou o ensino primário sob a jurisdição das Províncias, desobrigando o Estado Nacional de cuidar desse nível de ensino. Mas as províncias não estavam equipadas financeiramente e nem tecnicamente para promover a difusão do ensino (Saviani, 2008, p. 09).



Durante o Segundo Império (1840-1888) e a Primeira República (1889-1930) a média no financiamento da educação manteve-se bem aquém do necessário, a partir da década de 1930 houve um crescimento da urbanização e industrialização no Brasil e os índices de escolarização começam a incrementados, o que faz com que os investimentos federais e estaduais em educação passassem a ter sutil aumento, mas

[...] sempre, porém, em ritmo aquém do necessário à vista dos escassos investimentos. Assim, os investimentos federais em ensino passam de 2,1%, em 1932, para 2,5% em 1936; os estaduais se reduzem de 15,0% para 13,4% e os municipais se ampliam de 8,1% para 8,3% no mesmo período (Ribeiro, 2003, p. 117 apud Saviani, 2008, p.10).

Com a promulgação da Constituição de 1934 foi determinado que a “União e os municípios deveriam aplicar nunca menos de 10% e os estados 20% da arrecadação de impostos ‘na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais’ (art. 156)” (Saviani, 2008, p.10). Quando em 1937 durante o Estado Novo essa vinculação orçamentária acaba por ser retirada da Constituição criada naquele período sendo retomada na Carta de 1946 que:

[...] fixou em 20% a obrigação mínima dos estados e municípios e 10% da União. No entanto, em 1955 tínhamos os seguintes índices: União, 5,7%; estados, 13,7%; municípios, 11,4%. A Constituição do regime militar, de 1967 e a Emenda de 1969, voltaram a excluir a vinculação orçamentária. Constata-se, então, que o orçamento da União para educação e cultura caiu de 9,6% em 1965, para 4,31% em 1975 (Saviani, 2008, p.10).

Até os tempos atuais percebemos que, através da nossa mais recente Constituição de 1988, que promoveu certo avanço no trato com a educação ao restabelecer a vinculação 18% para a União e 25% para estados e municípios a educação passa a ser financiada de forma equilibrada, no entanto, apesar do texto constitucional determinar esses percentuais mínimos à receitas provindas de impostos, o que passa a acontecer na prática, especialmente, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, é a criação de estratégias a fim de burlar “malandramente” o que a importante lei determinou (Brasil, 1988).



Passou-se a criar novas fontes de receita nomeando-as, porém, não com a palavra “imposto”, mas utilizando o termo “contribuição”, como são os casos da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico). A essas receitas, como não recebem o nome de impostos, não se aplica a vinculação orçamentária constitucional dirigida à educação. Além disso, também a partir do governo FHC, instituiu-se a DRU (Desvinculação das Receitas da União) que permite subtrair 20% das vinculações orçamentárias (Saviani, 2008, p.10).

Assim, podemos perceber que a renomeação desses termos ocorre de forma deliberada por parte das autoridades para evitar a associação direta com impostos, que estão mais sujeitos às regulamentações orçamentárias e que, portanto, intenciona descumprir a lei. Destarte, a crítica de Saviani (2008) aponta que essa estratégia enfraquece o financiamento de áreas prioritárias como a educação, já que essas receitas, por serem chamadas de contribuições, não seguem as mesmas regras de vinculação.

3 Considerações finais

Desta maneira, pudemos comprovar historicamente, a partir de Saviani, que toda trajetória do financiamento da educação pública brasileira ocorreu de forma descompromissada por parte das autoridades competentes, o que trouxe consequências significativas ao desenvolvimento da nossa educação pública e que permanece até os dias atuais. Saviani (2008) também aponta para a inexistência de um Sistema Nacional de Ensino como uma carência que dificulta e inviabiliza a existência de uma educação de qualidade. Esta carência acabou por criar diversos impedimentos dos mais variados, desde obstáculos econômicos/políticos, como exposto anteriormente, até os obstáculos filosófico-ideológicos que se manifestam através da resistência no nível das ideias (Saviani, 2008).

Assim, podemos constatar que o Brasil não seguiu o caminho trilhado pelos principais países do Ocidente que conseguiram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, à vista disso, enfrentamos sérias deficiências no atendimento das necessidades educacionais de toda a população.

Dessa forma, ao longo desta pesquisa nos detivemos à tarefa de analisar a crise da educação pública brasileira guiada pelo olhar do filósofo e educador Dermeval



Saviani. Concentramos-nos, primeiramente, no estudo sobre o conceito da Pedagogia Histórico-Crítica e seus pressupostos teóricos que possibilitaram ao nosso pensador gerar um olhar mais amplo e crítico sobre a realidade da educação partindo da práxis e considerando o homem concreto, real e dotado de potencialidades.

Ao analisar essa teoria pedagógica buscamos destacar sua abordagem crítica que nos possibilita perceber as limitações e descasos históricos com a educação pública. Concomitante a isso objetivamos compartilhar uma perspectiva educacional comprometida com a formação integral dos estudantes e a construção de uma sociedade mais justa, equalizada e democrática, oferecendo uma abordagem educacional que promova a compreensão crítica da realidade social e contribua para sua transformação. A Pedagogia Histórico-Crítica assim busca superar as limitações das abordagens pedagógicas tradicionais e oferecer uma visão mais ampla e crítica da educação.

Desta forma, nos esforçamos em compreender historicamente, através de textos de Saviani, como ao longo da história brasileira a educação nunca recebeu os cuidados necessários ao seu bom desenvolvimento e sempre foi a mais sucateada área da nossa sociedade, o que não condiz com a perspectiva liberal exposta através de estudos de organismos internacionais como o Banco Mundial.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo** - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Grupo Banco Mundial, Washinton, D.C., 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2017. 176p.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo: uma teoria ainda atual? Iberoamérica Social: **Revista-Red de Estudios Sociales** (V), pp. 95-108. 2015. Disponível em: [Martins, J. R. \(2015\). Immanuel Wallerstein y el sistema-mundo. ¿Una teoría actual. Iberoamérica Social Revista-Red De Estudios Sociales, \(V\), 95-108.pdf \(iberamericasocial.com\)](https://www.iberamericasocial.com/revista-red-de-estudios-sociales/v95-108.pdf). Acesso em: 18 ago. 2024.

MARX, Karl. **O Capital**. 3ª edição, Vol. 01, São Paulo: Nova Cultural, 1988.



PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009. pp.7-95 (Cap.1 e 2). Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese_2009_PEREIRA_Joao_Marcio_Mendes-S.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

PETENUCCI, Maria Cristina. **Desvelando a Pedagogia Histórico-Crítica**. Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Curitiba, 2008. 26 p. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-6.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. 99 p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação: Conceito, Papel Histórico E Obstáculos para Sua Construção no Brasil. Unicamp Gt-05: Estado E Política Educacional, 2008. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/sistema-nacional-de-educacao-conceito-papel-historico-e-obstaculos-para-sua>. Acesso em: 18 ago. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 10^a. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p.

SOUZA, Marilsa Miranda. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2014.

VIOR, Suzana; CERRUTI, Maria Betania. **O Banco Mundial e a sua Influência na Definição de Políticas Educacionais na América Latina (1980-2012)**. In: PEREIRA, João Márcio. PRONKO, Marcela (Org.). A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. p. 113.